



PARECER PRÉVIO Nº 9/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11084/2014.

Apenso(s): Processos nºs 10527/2014, 10578/2013, 10629/2013, 11269/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Itapiranga.

4- Responsável: Sr. Nadiei Serrão do Nascimento, Prefeito Municipal, à época.

5- Exercício: 2013.

6- Advogados: Fabio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM nº 4331 e Tabatta Lorena Coelho Guimarães - OAB/AM nº 7789.

7- Unidade Técnica: DICREA, DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3161/2015 – MP- EMFA– da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fl. 3111/3118).

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itapiranga. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendado a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a fazer parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio Desfavorável às Contas da Prefeitura Municipal de Itapiranga, referente ao exercício 2013, de responsabilidade do **Sr. Nadiei Serrão do Nascimento**, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I, e art. 29, da Lei Estadual nº 2423/96 (Lei Orgânica TCE/AM) e art. 3º, III, da Resolução nº 09/97-TCE;

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 08 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.



PARECER PRÉVIO Nº 9/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

15-

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente em substituição

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 9/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 11084.

Apenso(s): Processos nºs 10527/2014, 10578/2013, 10629/2013, 11269/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manaquiri.

4- Responsável: Sr. Nadiel Serrão do Nascimento, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas, à época.

5- Exercício: 2013.

6- Advogados: Sr. Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM nº 4.331.

7- Unidade Técnica: DICREA, DICAMI, DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3161/2015 – MP- EMFA– da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fl. 3111/3118).

9- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Itapiranga. Exercício de 2013.

Irregularidade. Alcance. Prazo. Recomendação. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. A unanimidade, nos termos do voto do Relator:

10.1.1 Julgar Irregular a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Itapiranga, relativas ao exercício de 2013, de responsabilidade do **Sr. Nadiel Serrão do Nascimento**, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, “b” e “c” da Lei Orgânica TCE/AM c/c art. 11, III, “a”, “3” e art. 188, § 1º, III, “b” e “c” da Resolução nº 04/02-TCE (Regimento Interno TCE/AM);

10.1.2 Considerar em Alcance o Sr. Nadiel Serrão do Nascimento no valor total de R\$ 106.699,87 (cento e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e sete centavos), em função das glosas especificadas pela DICREA e *Parquet*;

10.1.3 Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres públicos dos valores impostos, com comprovação perante este Tribunal. Expirado o prazo, autorizar, desde já,



ACÓRDÃO Nº 9/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

a instauração de cobrança executiva, no caso de não-recolhimento do valor da condenação, nos moldes do art. 173, do Regimento Interno TCE/AM;

10.1.4 Recomendar à Prefeitura Municipal de Itapiranga:

- a) Que observe e cumpra com rigor as formalidades exigidas pela Lei nº 8666/93, Lei Complementar nº 101/00 e, ainda, a Resolução nº 06/2000 do TCE/AM, entre outras legislações aplicáveis;
- b) Que programe os procedimentos de pagamento de despesas por via bancária, nos termos do art. 65 da Lei nº 4320/64, e que as disponibilidades de caixa de grande vulto, sejam mantidas em instituições financeiras, conforme prevê o art. 43 da Lei nº 101/00 c/c §3º do art. 164 da CF/88, evitando possíveis prejuízos ao erário municipal;
- c) Que tome providências para que todos os atos de admissão de pessoal, concursado e/ou temporário, sejam informados via SAP e encaminhados para esta Corte de Contas, para análise nos termos do art. 1º, IV, da Lei Orgânica TCE/AM e art. 5º, IV do Regimento Interno;
- d) Que sejam observados e cumpridos os prazos legais e regimentais, assim como maior controle sobre seu patrimônio, a fim de evitar a reincidência que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica TCE/AM.

10.2. Por maioria de acordo com o Voto-Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva:

- 10.2.1 - Aplicar MULTA ao Sr. Nadiel Serrão do Nascimento,** com fulcro no artigo 308, II, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, no montante de **R\$ 13.152,36**, relativo ao atraso na remessa das informações ao ACP em 12 (DOZE) meses



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº 9/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 9/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

de 2013;

10.2.2 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Vencido o Relator Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, contrário à aplicação da multa pelo atraso no ACP.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 08 de Março de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Josué Cláudio de Souza Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente em substituição

JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral